

OPULÊNCIA PLANEJADA E A DÚVIDA DO DESTINO DO LIXO

Gabriela Vianna Guerreiro de Noronha*
Denise Freitas Dornelles**

Resumo: *O artigo intitulado A OPULÊNCIA PLANEJADA E A DÚVIDA DO DESTINO DO LIXO discute o atual contexto social, destacando uma das grandes preocupações ambientais que é o gerenciamento de resíduos, principalmente de resíduos sólidos, mais conhecidos como LIXO, que está diretamente relacionado à renda e às condições de vida (saúde, saneamento e estética). Pretende-se discutir os possíveis caminhos (resolução e/ou minimização) para os impactos sócio - ambientais gerados pela Opulência Planejada que se apóia no atual modo de produção capitalista neoliberal globalizado, estudando o modo de produção atual, as contradições da sociedade urbana – industrial e procurando compreender estes impactos.*

Palavras-chave: Opulência planejada; Lixo; Qualidade de vida

Vivemos em um sistema complexo onde existem várias formas e escalas de grandeza, compreendidas umas dentro das outras, numa relação de dependência, influenciando-se mutuamente; é o que podemos chamar de meio ambiente. Tal concepção pode ser observada já em Diderot: “Todos os seres circulam uns nos outros. Tudo é um fluxo perpétuo. O que é um ser? A soma de um certo número de tendências. E a vida? A vida é uma sucessão de ações e reações. Nascer, viver e passar é mudar de formas”(Diderot apud Konder,1981,p.18). Esta concepção revela uma compreensão holística de sustentabilidade ecológica, onde tudo é perceber-se em uma teia vinculada ao sistema da vida.

No entanto, a cientificidade teimou em separar MEIO de AMBIENTE, conceituando o termo MEIO AMBIENTE como um conjunto de fatores ou condições que rodeiam organismos, ou seja, tudo que cerca o ser vivo, que o influencia e que é indispensável à sua sustentação. Essa condição inclui solo, clima, recursos hídricos, ar, nutrientes e outros organismos. Nesta concepção a natureza torna-se recurso para o homem, que deve transformá-la de acordo com seu interesse e necessidade. Essa idéia fundamentou-se com o advento do trabalho. “Foi com o trabalho que o ser humano “desgrudou” um pouco da natureza e pôde pela primeira vez contrapor-se como SUJEITO ao mundo dos OBJETOS naturais. Se não fosse o trabalho, não existiria a relação sujeito-objeto”. (KONDER, 1981, p.24). Konder ainda nos afirma:

A natureza dita o comportamento aos animais; o homem, no entanto, conquistou certa autonomia diante dela. O trabalho permitiu ao homem dominar algumas das energias da natureza; permitiu-lhe como escreveu o brasileiro José Arthur Giannotti - ter parte da natureza à sua disposição. (KONDER, 1981, p.26)

Outro autor que trabalha muito a questão da interdependência homem - natureza é Milton Santos, quando coloca a relação inseparável entre território e sujeito, ou território e população, demonstrando uma visão da própria dinâmica do cotidiano vivido por estes sujeitos do lugar:

* Assistente Social (UCSAL), licenciada em sociologia (UFBA), especialista em Gerenciamento Ambiental, aluna do Mestrado de Políticas Sociais e Cidadania (UCSAL).

** Doutora em Serviço Social (PUC-RS), Professora (orientadora) do Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania (UCSAL).

Nunca entendi bem a frequente pergunta feita “o povo como sujeito” embora compareça como questão quase obrigatória na esquerda – O povo como sujeito é também o povo como objeto, sobretudo ao considerarmos o povo e o território como realidades indissolivelmente relacionadas. Daí a necessidade de revalorizar o cotidiano como categoria filosófica e sociológica, mas como uma categoria geográfica e territorial. (SANTOS, 2000, p.121)

Isso acontece pela mercantilização da natureza, nesta relação tudo funciona em um só sentido, o do capital, pautado na relação produzir - consumir.

As leis do mercado vão dominando a sociedade inteira. Todos os valores humanos autênticos vão sendo destruídos pelo dinheiro, tudo vira mercadoria, tudo pode ser comercializado, todas as coisas podem ser vendidas ou compradas por um determinado preço. (KONDER, 1981, p.34).

Esta nova relação desequilibrou a sustentabilidade ecológica, trazendo graves conseqüências para a qualidade de vida dos sujeitos sociais. Genebaldo Freire Dias explica:

“O modelo de desenvolvimento adotado, enquanto gera exclusão social, por um lado, gera OPULÊNCIA, por outro e ambos degradam. O modelo também gera uma crise de percepção. Para se manter o atual estilo de vida, destróem-se os sistemas de vida na terra.” (DIAS, 2005).

A base para este modelo apóia-se na Opulência Planejada, que consiste em “diminuir propositadamente o tempo útil dos produtos, de forma a forçar a renovação constante do seu consumo”. (LAGO e PADUA, p.32,1989).

Outra questão a ser analisada é a Produção Opulenta, que significa produzir artigos cada vez mais caros e sofisticados para atender a um consumo privilegiado das elites, o que assegura o crescimento da produção capitalista e de sua lucratividade sem representar um aumento real nas satisfações sociais e no bem-estar coletivo. “Esta outra situação causa uma falsa imagem de progresso e agrava ainda mais os problemas sociais, urbanos e ambientais” (LAGO e PADUA, p.45,1989).

Exemplo deste fenômeno esta em: Os 10 países mais ricos detinham, em 1993, mais de 80% dos gastos mundiais com pesquisas e desenvolvimento. Controlavam 95% das patentes registradas nos EUA e 80% das concedidas nos países em desenvolvimento - A concentração do conhecimento na chamada era do conhecimento. (PNUD-IIIDE-2005). Segundo o PNUD, hoje os países industrializados têm 19% da população do mundo, que detêm 86% do produto e do consumo, 82% das exportações, 71% do comércio mundial, 68% dos investimentos diretos, 74,5% das linhas telefônicas e 95,3% dos usuários de internet.

O PNUD informa ainda que as três pessoas mais ricas do planeta, juntas, detêm ativos superiores ao Produto Interno Bruto dos 48 países mais pobres juntos. Já as 200 pessoas mais ricas, cada uma delas com ativos superiores a um bilhão, detêm, juntas mais que a renda anual de 45% da humanidade.

O processo de desnaturalização e socialização da natureza deixam à dúvida do destino, e aqueles que percebem esta dimensão temem o futuro. Parafraseando Boaventura de Souza Santos, está ocorrendo “uma ruptura ontológica entre o homem e a natureza”.

A questão realmente é complexa e remete à necessidade de uma análise profunda da compreensão do modelo de desenvolvimento científico - tecnológico. O que vem ocorrendo é o deslocamento da responsabilidade para o indivíduo consumidor, no lugar das indústrias produtoras, preservando a idéia de que o capital é riqueza e confundindo o consumo com o bem-estar, seja de recursos naturais, manufaturados ou de técnicas.

[...] Em geral, responsabilizam-se apenas alguns setores da sociedade. Por exemplo, com relação ao efeito estufa e à poluição atmosférica, considera-se que é o automóvel que polui. A solução para continuar por algum tempo sem “resolver” o essencial parece ser “deixar” o carro em casa uma vez por semana. Mas então para que se desenvolvem sempre carros novos e mais modernos? Parece que o responsável pela poluição e pelo aumento da temperatura efeito-estufa é o automóvel em si, ou seu proprietário, e não a produção de mercadorias, o desenvolvimento científico que criou o automóvel. (RODRIGUES, 1998, p.31)

O pior é que mesmo com toda evolução científica, toda tecnologia e com tantas descobertas não se é capaz de reconstruir a teia da vida. “A verdade é que só recentemente se verificou que o processo de reflorestamento, embora muito importante para a questão do oxigênio e mesmo dos solos, não repõe a biodiversidade perdida” (RODRIGUES, 1998, p.24)

Esta é outra questão a ser compreendida e que os técnicos chamam de globalização sócio-espacial, remetendo ao entendimento de que uma interferência localizada provoca uma reação globalizada, pois a natureza não tem fronteiras. “O espaço a ser considerado para a problemática ambiental é o espaço mundial, pois a circulação atmosférica não tem fronteiras nacionais, nem locais”. (RODRIGUES, 1998, p.26)

Ao compreender estas questões fica fácil afirmar que existirá dúvida do destino, não só do lixo, mas do futuro da humanidade, enquanto houver a cultura imperialista do consumo atuando no plano cultural das representações de posturas e valores. É preciso discutir a ideologia burguesa, dentro da qual se criou a sociedade industrial, para compreender mecanismos como o relatório THE LIMITS TO GROWTH, com suas controvérsias e conquistas, ou até mesmo interpretar a compreensão do Conselho Econômico e Social da ONU, na sua mais recente revisão trienal sobre a situação dos PMDs, feita em 2000, quando seguiu os três seguintes critérios:

Critério de baixa renda, baseado em uma média estimada para três anos do PIB per capita (menos do que \$900 para ser incluído na lista ,e acima de \$ 1.035 para sair dela); **critérios de escassez de recursos humanos**, que envolve um físico ampliado de qualidade de vida; **critérios de vulnerabilidade econômica**, baseado na instabilidade de exportações, na instabilidade da produção agrícolas, na instabilidade das exportações, na importância econômica das atividades não tradicionais, na concentração de mercadorias exportadas nas desvantagens de ter pequena dimensão econômica.(UNCTAD, 2001)

É a ideologia do crescimento ilimitado que incentiva a produção material e define o nível de progresso de um país o classificando em desenvolvido, em desenvolvimento ou subdesenvolvido levando em consideração a produção material e não a qualidade de vida humana e o tipo de distribuição social dessa produção.

O que cria a diferença fundamental e da origem a linha divisória entre desenvolvimento e subdesenvolvimento é a orientação dada a utilização do excedente engendrado pelo incremento de produtividade. A atividade industrial tende a concentrar grande parte do excedente em poucas mãos e a conservá-lo sobre o controle do grupo social diretamente comprometido com o processo produtivo. (FURTADO, 1974, p.26)

Como pode ser observado, o conceito de desenvolvimento é confundido com o de crescimento, pois como afirma Ignacy Sachs “este último não garante por si só o primeiro, o crescimento pode, da mesma forma, estimular o mau desenvolvimento, processo no qual o crescimento do PIB é acompanhado de desigualdades sociais, desemprego e pobreza crescentes.” (Sachs, 2004, p.71)

Em 1960 começa a se repensar a relação homem - meio ambiente e o ano de 1970 ficou sendo o “marco” de uma nova prática na produção de bens e consumo. Existe a partir deste momento a preocupação ambiental, surgindo os primeiros projetos de lei exigindo proteção ao meio ambiente, saúde e segurança. O Brasil também acompanhou a proposta mundial e hoje se destaca em legislação ambiental; por exemplo - a resolução CONAMA nº. 275, de 25 de abril de 2001, que estabelece a coleta seletiva como uma norma a ser implantada nos municípios e estados e que recomenda as empresas a fazerem o mesmo.

O engraçado é que sempre surgem novos teóricos ou teorias buscando resolver a questão ambiental – **neste caso, o melhor o destino para o lixo** - mas o pano de fundo da questão ambiental, como podemos relacionar, está fortemente vinculado à identidade cultural e à representação simbólica, dificultando alternativas e soluções administrativas segregadas, como políticas, programas, projetos. Max Weber já dizia:

“Ninguém sabe ainda a quem caberá no futuro viver nessa prisão, ou seja, no fim desse tremendo desenvolvimento, não surgirão profetas inteiramente novos, ou um vigoroso renascimento de velhos pensamentos e idéias, ou ainda, se nenhuma dessas duas - a eventualidade de uma petrificação mecanizada caracterizada por esta convulsiva espécie de auto justificação. Neste caso, os últimos homens deste desenvolvimento cultural poderiam ser designados como especialistas sem espírito, sensualistas sem coração, nulidades que imaginam ter atingido um nível de civilização nunca antes alcançado.” (WEBER, 2000, p.131).

Resignificar a palavra LIXO, fazendo surgir conceitos como reciclagem e reaproveitamento, que produzem um valor de troca, o que trás um lado positivo e outro negativo, pois o meio ambiente acaba como o grande mercado do século XXI. O resíduo adquire valor econômico, passa a ter preço definido pelo comprador, o que é positivo na perspectiva de geração de renda e trabalho; mas negativo, pois preocupa-nos o apelo de “solidariedade ecológica” onde o fornecedor do produto deve acreditar na idéia da boa ação, de ver-se como alguém que contribui para o processo coletivo de preservação do meio-ambiente, transferindo responsabilidades do público para o privado, descaracterizando intencionalmente a necessidade de políticas sociais que dêem conta da complexidade da questão PRODUZIR-CONSUMIR-DESCARTAR.

No momento tenta-se de todas as formas não visualizar o lixo como problema, mas a situação de uma sociedade onde a produção e o consumo são tão valorados, os resíduos sempre serão motivo para preocupação. O tempo e a tecnologia não trouxeram soluções para o lixo, adotando-se mecanismos como a exportação de resíduos para países mais pobres ou territórios segregados. (Foi publicamente divulgado que a tribo Apache da região central do Novo México assinou um contrato para ceder por 40 anos 0,13% da sua reserva para depósito de lixo atômico em troca de US\$ 250,00 bilhões de dólares).

A questão é complexa e necessita de ações que perpassem tanto pela eficiência econômica e prudência ecológica, quanto pela justiça social; ou seja, o tripé que Inacy Saches apresenta e que, segundo a autora, garantir a SUSTENTABILIDADE é uma prática socialmente justa, ambientalmente correta e economicamente viável, no entanto para acontecer de fato exige interferências na estrutura social. Este é o verdadeiro ECODESENVOLVIMENTO.

Na verdade, o quadro hoje é um problema da biosfera que o desenvolvimento arrisca regular para condicionar a sobrevivência. Um problema tanto rural quanto urbano que em nosso país se agrava nas cidades porque cresceram sem planejamento, concentram 70% da população e refletem maior desigualdade econômica. O que ocorre é o que Ana Clara Ribeiro chama de urbanização sem urbanidade. Quem consome? Como consome? O que desperdiça? São questões que apresentam respostas bem divergentes, devido às desigualdades sociais e culturais do povo brasileiro.

Neste sentido a modernidade apresenta alguns aspectos contraditórios, tornando processos simples mais complexos e demorados; exemplo disto é embalar o lixo em sacos plásticos, uma prática que simboliza cuidado e limpeza, mas ao mesmo tempo faz crescer o tempo de decomposição dos resíduos, aumentando o seu volume, etc., etc. Um outro exemplo, e que demonstra ao mesmo tempo elevado estrato social e problemas sanitários é a proximidade dos banheiros às pessoas. Ainda outro exemplo de progresso que atrapalha, é o hábito de não consertar pequenos defeitos, principalmente nos elétrico-eletrônicos onde o valor do conserto (quando existe a peça) é tão oneroso que o sujeito opta por comprar uma nova mercadoria. Em uma sociedade de consumo e descarte, chega-se a um momento que não é possível afastar-se do lixo.

Ocorre que quando o lixo não recebe tratamento adequado, constitui um problema sanitário muito sério, transmitindo várias doenças como diarreias infecciosas, amebíase, parasitose, servindo de abrigo para ratos e insetos, além de contaminar os lençóis freáticos através do chorume (líquido altamente tóxico que resulta da decomposição da matéria orgânica associada com os metais pesados), além de ocupar espaços enormes.

Embora diante de tantas normas, leis e regulamentos e das diversas tentativas de solucionar os problemas ambientais, no Brasil necessitamos avaliar melhor nosso modelo de desenvolvimento, produtor de uma realidade social onde 20% dos mais ricos acumulam cerca de 70% da renda do país. Para começar, faz-se necessário agir de forma holística pensando o espaço como um ecossistema interdependente. As instituições sociais não podem se separar e necessitam trabalhar com uma proposta mais viável de desenvolvimento, um modelo baseado na ECOLOGIA CULTURAL. Conceito que concebe a vida como uma teia de relações interdependentes e indispensáveis, onde todos os elementos têm o mesmo grau de importância.

Nesta temática temos ainda muito a estudar!!!

REFERÊNCIAS

ABREU, Dora. *Sem ela nada feito!*. Salvador: ABDR, 2000.

_____. Curso de Educação Ambiental. Salvador: SENAI - CETIND, 2001.

BOFF, Leonardo. *Ecologia Grito da Terra, Grito dos Pobres*. São Paulo: Ática, 1995.

CAPRA, Fritjof. *As Conexões Ocultas. Ciência para uma Vida Sustentável*. São Paulo: Cultrix, 2002.

CHIAVENATO, Julio José. *O massacre da natureza*. São Paulo: Moderna, 1997.

DIAS, Genebaldo Ferreira. *Pedagogia Ecológica e a Sustentabilidade Humana*. São Paulo: Gaia, 2002.

DIAS, Genebaldo Ferreira. *Ecopercepção um Resumo Didático dos desafios Sócio Ambientais*: São Paulo, Gaia, 2004.

FERREIRA, Leila da Costa. *A questão ambiental. Sustentabilidade e políticas públicas no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

FRANCO, Augusto de. *Porque precisamos de Desenvolvimento Local. Integrado e Sustentável*. Brasília: Millennium, 2000.

FURTADO, Celso. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GADOTTI, Moacir. *Pedagogia da Terra*. São Paulo: Petrópolis, 2000.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Os (des) caminhos do meio ambiente*. São Paulo: Contexto, 1999.

Governo do Estado da Bahia: Salvador SEPLANTEC - Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia. Livro de Apoio ao Multiplicador, 1994 (Projeto Metropolitano de Salvador-Componente Limpeza Urbana. *Programa de Educação Ambiental: A Natureza da Paisagem da Bahia*).

_____, Salvador. SEPLANTEC. *O lixo pode ser um tesouro: Um monte de novidades sobre um monte de lixo*. Livro 1, 1994.

_____, Salvador. SEPLANTEC. *O lixo pode ser um tesouro: Um monte de novidades sobre um monte de lixo*. Livro 2, 1994.

_____, Salvador. SEPLANTEC. *O lixo pode ser um tesouro: Um monte de novidades sobre um monte de lixo*. Livro 3, 1994.

GUATTARI, Félix. *As três Ecologias*. Campinas: Papiros, 1989.

GUIMARÃES, Mauro. *A dimensão Ambiental na Educação*. Campinas: Papirus, 1995.

HARVEY, David. *Condição pós – moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

HARVEY, David. *A produção Capitalismo do Espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

LAGO, Antônio e PÁDUA José Augusto. *O que é Ecologia*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MORAES, Antônio Carlos Robert, *Meio Ambiente e Ciência Humana*. São Paulo: Hucitec, 1994.

NEVES, Estrela e TOSTES André. *Meio Ambiente (Aplicando a lei)*. Petrópolis: Vozes, 1992.

PELIZZOLI, M. L. *A Emergência do Paradigma Ecológico*. Petrópolis: Vozes, 1999.

Programa das Nações Unidas Para O Meio Ambiente – O bem-estar humano, a pobreza e os serviços dos ecossistemas. IIDS. 2005

RODRIGUES, Arlete Moysés. *Produção e Consumo do e no Espaço*. Problemática Ambiental Urbana. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. (Tradução Szmarecsanyi). São Paulo: Pioneira. 2000.